

Artigo recebido em:
06.08.2017
Aprovado em:
17.10.2017

Ana Paula Lückman

Jornalista, doutoranda em Comunicação e Informação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

E-mail: ana.luckman@gmail.com.

Virginia Pradelina da Silveira Fonseca

Jornalista, doutora em Comunicação e Informação, professora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da (UFRGS).
E-mail: virginia@ufrgs.br.

Contexto e contextualização no Jornalismo: uma proposta conceitual

Ana Paula Lückman
Virginia Pradelina da Silveira Fonseca

Resumo

A inserção dos acontecimentos noticiosos em um contexto que lhes dê sentido é uma ação específica do trabalho do jornalista. Essa atribuição é mencionada por muitos autores como um dos diferenciais que justificariam a existência desse profissional especializado no âmbito das organizações jornalísticas numa época de mudanças estruturais em que a informação circula de forma intensa em lugares não tradicionalmente jornalísticos. No entanto, percebe-se uma escassez de trabalhos que aprofundem teoricamente essa relação entre jornalismo e contexto/contextualização. Neste artigo, faz-se uma revisão de alguns teóricos que abordam o tema e propõe-se o aprofundamento dos estudos nessa perspectiva com apoio na teoria da complexidade.

Palavras-chave: Jornalismo. Contexto. Teoria da Complexidade.

Abstract

Researchers point that the insertion of news events in a context which gives them meaning in journalistic texts is a specific task of the journalists' work. Such attribution is also mentioned by many authors as one of the differentials that would still justify the existence of this specialized professional – the journalist – in media organizations, in a time of structural changes in which the information flows intensively in non-traditionally journalistic places. However, it is possible to notice a lack of works that deepen theoretically such relation between journalism and context/contextualization. The article presents a revision of some theories that approach the subject, as well as proposes a deepening of studies in this perspective, with support in the theory of complexity.

Keywords: Journalism. Context. Theory of Complexity.

O advento das mídias digitais e as novas maneiras de circulação e fruição das informações necessárias para que as pessoas se organizem no mundo e interajam com ele têm suscitado uma intensa discussão acerca do papel do jornalismo – e, por extensão, do jornalista – nesse cenário em franca mutação. Em consequência, termos tradicionalmente associados ao jornalismo, como notícia, pauta, interesse público, valor-notícia, fato, acontecimento, e mesmo questões de ordem mais filosófica, como objetividade e verdade, podem ser ressignificados nessa discussão.

Neste artigo, propomos uma abordagem teórica mais aprofundada acerca de um tema que costuma aparecer de forma coadjuvante nos textos teóricos sobre o jornalismo: o *contexto*. Como veremos, a tarefa de contextualizar os acontecimentos relatados em forma de notícia é atribuída ao jornalismo por diversos autores, desde as teorias mais clássicas. Em estudos recentes, percebemos que a importância de explicar e contextualizar tem adquirido relevância na medida em que a discussão em torno dos desafios impostos ao jornalismo pelo desenvolvimento das novas mídias também tem se ampliado. Como enfatiza Miquel Rodrigo Alsina (2009, p. 264), “[...] os desafios são importantes. Precisamos ter muito claro qual é a função da criação do conhecimento por parte dos jornalistas”.

Pensar epistemologicamente sobre o sentido do substantivo “contexto” e do verbo “contextualizar” parece-nos, portanto, essencial. Para essa tarefa, encontramos na proposta de pensamento complexo do sociólogo francês Edgar Morin elementos bastante profícuos. Entusiasta da religação dos saberes, com trabalhos na área da comunicação, da política e da epistemologia, Morin dedicou a maior parte da sua obra intelectual ao empreendimento do *pensamento complexo*, que significa, sucintamente, “integrar simultaneamente as múltiplas dimensões de uma mesma realidade” (MORIN, 2014, p. 13). Se no modelo de pensamento cartesiano os acontecimentos a serem analisados eram isolados e assim permaneciam, no pensamento complexo eles são recolocados em contexto para que seu significado seja compreendido. “O pensamento complexo é o pensamento apto a reunir, contextualizar, globalizar, mas ao mesmo tempo a reconhecer o singular, o individual, o concreto” (MORIN, 2000, p. 213). É nesse sentido que propomos que o jornalismo incorpore a atitude epistemológica da complexidade ao buscar contextualizar os acontecimentos que transforma em notícia.

¹A abordagem dos autores para “jornalismo contextualizado” é diferente do foco que nos interessa neste artigo. O verbete é definido como um novo gênero de jornalismo on-line, voltado para reportagens na web e com cinco características básicas: foco em multimídia, hipertextualidade, interatividade, conteúdo dinâmico e conteúdo customizado. Esse conceito pode, contudo, ser explorado em trabalhos futuros dentro da temática aqui proposta.

O contexto no jornalismo: uma aproximação preliminar

A primeira acepção que se pode dar, no senso comum, para a palavra “contexto” remete à ideia de inter-relação de circunstâncias que acompanham um fato ou uma situação; já “contextualizar” remete à ação de prover de contexto. Com suporte em alguns teóricos do jornalismo, ensaiamos aqui algumas diretrizes para uma definição de “contexto” que se aplique especificamente à área em questão.

Merece menção nesse sentido o esforço feito por Franklin et al. (2005), em obra voltada a estudantes e pesquisadores que reúne conceitos-chave para os estudos de jornalismo. Nessa obra, “contexto” e “jornalismo contextualizado”¹ são dois verbetes específicos. Para os autores, o contexto no jornalismo pode ser compreendido a partir de três perspectivas: (1) como o contexto de produção, (2) como *background* da notícia e (3) como antecedentes históricos e/ou sociais.

No que diz respeito ao contexto de produção, há vários fatores que podem interferir nos textos jornalísticos eventualmente produzidos (como, por exemplo, o fato de o jornalista ter testemunhado o acontecimento relatado ou ter recebido informações de segunda mão). O *background* está relacionado à referência a episódios anteriores relacionados ao mesmo assunto, fornecendo informações adicionais às

questões básicas do *lead*. Já a contextualização mais ampla por meio de antecedentes históricos ou sociais permite que o texto jornalístico ajude a compreensão do leitor sobre o significado do acontecimento noticiado (FRANKLIN et al., 2005).

Traquina (2002) também faz referência ao contexto de produção quando enumera os valores-notícia do jornalismo. Citando Wolf, o autor afirma que os valores-notícia estão presentes ao longo de todo o processo de produção jornalística, desde a seleção dos acontecimentos (valores-notícia de seleção) até a elaboração do texto noticioso (valores-notícia de construção). Os valores-notícia de seleção dividem-se em dois subgrupos: critérios substantivos relacionados à avaliação direta do acontecimento (interesse que possa despertar para o público) e critérios contextuais (contexto de produção da notícia). Dizem respeito a esse contexto de produção aspectos como a disponibilidade (viabilidade para se fazer a cobertura do acontecimento), equilíbrio (quantidade de vezes que um mesmo assunto já foi abordado), visualidade (disponibilidade ou não de imagens do evento reportado), concorrência (possibilidade de “furo”; evitar o risco de não noticiar o que todos os demais concorrentes vão noticiar) e dia noticioso (o destaque dado às notícias varia de acordo com o conjunto disponível em cada dia). No entanto, Traquina destaca a importância da contextualização entre os valores-notícia de construção, ao abordar o valor-notícia da consonância – contextualização, aqui, no segundo sentido proposto por Franklin et al. (2005):

Quanto mais a notícia insere o acontecimento numa “narrativa” já estabelecida, mais possibilidades a notícia tem de ser notada. Significa isto que a notícia deve ser interpretada num contexto conhecido, pois corresponde às expectativas do receptor. Implica a inserção da novidade num contexto já conhecido, com a mobilização de estórias que os leitores já conhecem (TRAQUINA, 2002, p. 200).

A inserção dos acontecimentos em um contexto social, ou seja, em um quadro de significados familiares ao público, é um dos processos mais importantes do jornalismo, na análise de Hall et al. (1993). Segundo os autores, as notícias são o produto final de um processo complexo que tem início em uma escolha e seleção sistemática de acontecimentos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas. Essa produção se dá a partir de três aspectos: (1) a existência de uma organização burocrática de mídia que produz as notícias em tipos específicos ou categorias; (2) estruturas de valores-notícia que ordenam a seleção e a colocação de determinadas histórias dentro dessas categorias; (3) e o momento da construção da notícia, que envolve a apresentação da história a seu presumível público. Para construir a notícia, os jornalistas devem dispor de “mapas culturais” do mundo social que lhes permite dar sentido aos acontecimentos. O mundo não deve ser representado como uma sequência de ocorrências caóticas, desordenadas e não relacionadas, e sim com acontecimentos identificados e inseridos em um contexto social. Isso implica que os acontecimentos transformados em notícia sejam relacionados com outros acontecimentos conhecidos pelo público e que também sejam colocados em um quadro de significados familiares a ele.

A identificação social, classificação e contextualização de acontecimentos noticiosos em termos destes quadros de referência de fundo constitui o processo fundamental através do qual os media tornam o mundo a que eles fazem referência inteligível a leitores e espectadores (HALL et al., 1993, p. 226).

Outros autores abordam o contexto no jornalismo, sem, no entanto, lhe atribuir maior importância ou desenvolver a ideia de maneira mais aprofundada. Um exemplo é o sociólogo Robert Park, autor de alguns dos primeiros estudos específicos sobre jornalismo nos Estados Unidos. Pioneiro ao considerar o jornalismo como forma de conhecimento, no início do século 20, Park (2008) afirma que a verdadeira essência da notícia é sua qualidade transitória e efêmera: ela não se interessa pelo passado ou pelo futuro, mas pelo presente. Para o autor, o conhecimento produzido pela notícia é diferente daquele produzido pela ciência ou pela história, na medida em que a notícia trata de eventos, e eventos são únicos. A história também se interessa por eventos, mas procura colocá-los em seu próprio lugar na sucessão histórica. “Um repórter, diferente do historiador, busca somente registrar cada evento quando ele acontece e está interessado no passado e futuro apenas na medida em que esses projetam luz sobre o que é real e presente” (PARK, 2008, p. 58). Essa luz projetada do passado e do futuro sobre o real de que fala Park pode, portanto, ser interpretada como a contextualização do acontecimento.

A comparação dos trabalhos do jornalista e do historiador também é o ponto de partida da análise de Cornu (1999), para quem a investigação jornalística aproxima-se da investigação histórica na medida em que trata de informações que relatam fatos, mas não se restringe a eles. Na análise do autor, a investigação jornalística propõe uma interpretação dos fatos, de forma implícita ou explícita. “Observador do notável, o jornalista assume-se como intérprete da atualidade, entendida como o momento presente da realidade” (CORNU, 1999, p. 332). Cornu discute as questões da verdade e da objetividade no jornalismo sobre as três ordens da informação: a observação, a interpretação e a narração. Destas, encontramos elementos relacionados ao contexto na ordem da interpretação, que é a que, segundo o autor, domina e condiciona o conjunto do processo jornalístico e ocupa um espaço central entre as três ordens que estruturam a informação nessa arquitetura, invadindo, sempre, as outras duas ordens. No sentido formal, a interpretação jornalística oscila entre três posições principais: a explicação, que é a “clarificação dos fatos pelos fatos”, o comentário, a contextualização do acontecimento; a opinião, pela qual se exprime o ponto de vista do sujeito e o lugar de onde ele fala; e a linguagem, por meio da qual se expressam as impressões, sentimentos e experiências vividas (CORNU, 1999).

Com base na tipologia da interpretação de Max Weber, Cornu aprofunda a análise dessas três categorias de interpretação jornalística. A *interpretação causal* é aquela que “corresponde à procura das causas, dos encadeamentos, da contextualização do objeto observado” (CORNU, 1999, p. 355). Entre as seis perguntas clássicas do *lead* jornalístico, o apelo à interpretação causal, à explicação, encontra-se nas questões “como?” e “por quê?”. Do ponto de vista jornalístico, a interpretação causal abrange a contextualização dos fatos de atualidade por meio da resposta aprofundada e exaustiva a essas duas questões básicas. “A modesta exigência de uma informação capaz de assegurar o ‘acompanhamento’ de acontecimentos – mas tão raramente satisfeita pela maior parte dos *media* – releva dessa necessária e elementar procura da causalidade da interpretação da actualidade” (CORNU, 1999, p. 356). Outra característica da interpretação causal é que ela pode contribuir para a formulação de hipóteses sobre os possíveis desenvolvimentos dos acontecimentos, a partir dos comportamentos e das escolhas possíveis dos homens e das sociedades. Não em um sentido determinista, pondera, mas “[...] no sentido de uma avaliação, empiricamente fundada, que procurasse situar as relações entre o fim de uma ação humana ou de um grupo social e seus meios” (CORNU, 1999, p. 356).

A segunda categoria da interpretação jornalística é a *interpretação axiológica*, que situa o exame da realidade numa relação com os valores. Segundo o autor, o jornalista sempre faz a seleção dos acontecimentos em função de certos valores que lhe pertencem ou que ele partilha com sua comunidade profissional, e essa seleção se

dá entre uma grande diversidade de opções. É a partir de seus valores, e dos valores compartilhados, que o jornalista define o que parece essencial e o que parece secundário. Essa categoria também envolve o fato de que o jornalista nunca está indiferente: está sempre implicado na realidade que observa, seja física, moral ou afetivamente. Já a terceira categoria é a *interpretação compreensiva*, a revivescência, que torna plenamente visível a subjetividade do jornalista. Essa categoria extravasa para a ordem da narração e é por meio dela que o jornalista desempenha sua qualidade de testemunha do acontecimento (CORNU, 1999).

Por sua vez, Alsina (2009, p. 264) compara o trabalho do jornalista ao do cientista social ao afirmar que ambos são “intérpretes do acontecer social”. Ao abordar as fases do trabalho informativo em seu estudo sobre a produção da notícia, o autor destaca a contextualização como a etapa final desse processo, que envolve o estabelecimento de relações com outros acontecimentos, explicações e mesmo interpretações. Para Rodrigo Alsina, o ato de contextualizar, na construção da notícia, é uma forma de conferir sentido ao acontecimento transformado em fato jornalístico.

Com Traquina (2002), Hall et al. (1993), Park (2008), Cornu (1999) e Alsina (2009), observamos abordagens a respeito do contexto no jornalismo que são congruentes com a proposta conceitual apresentada por Franklin et al. (2005). Por essa perspectiva, o termo “contexto” pode ser compreendido no sentido das condições de produção, do *background* e em um sentido mais amplo que compreende os antecedentes históricos e o cenário social do acontecimento. Embora o primeiro sentido seja importante na discussão sobre os desafios impostos ao jornalismo no atual momento de mudanças estruturais, no presente artigo consideramos mais relevantes os sentidos relacionados ao caráter de interpretação.

O jornalista como “explicador” do mundo

Na análise das mudanças estruturais pelas quais o jornalismo vem passando nos primeiros anos do século 21, que configurariam o que chamam de “jornalismo pós-industrial”, Anderson, Bell e Shirky (2013a), pesquisadores da Universidade Columbia, nos Estados Unidos, partem de cinco pressupostos para apresentar suas propostas para a sobrevivência da atividade: o jornalismo é essencial; o bom jornalismo sempre foi subsidiado; a internet acaba com o subsídio da publicidade; uma reestruturação é obrigatória; há muitas oportunidades de fazer um bom trabalho de novas maneiras.

No que diz respeito ao primeiro pressuposto, os autores afirmam que a explicação de temas complexos para um público geral é uma das atribuições que justificam a existência do jornalismo na sociedade atual – o que, no escopo deste artigo, acaba por conduzir diretamente ao quinto item.

Jornalistas não são meros narradores de fatos. Precisamos, hoje e num futuro próximo, de um exército de profissionais que se dedique em tempo integral a relatar fatos que alguém, em algum lugar, não deseja ver divulgados, e que não se limite apenas a tornar disponível a informação (mercadoria pela qual somos hoje inundados), mas que contextualize a informação de modo que chegue ao público e nele repercuta (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013a, p. 3).

Para os autores, o fato de que hoje em dia muitos assuntos são divulgados em primeira mão por pessoas que não são jornalistas, por meio de mídias sociais cada vez mais interativas, não significa que os jornalistas tenham passado a ser dis-

pensáveis: nesse novo cenário, o papel do jornalista tende a se transformar. E, na medida em que o jornalismo é essencial e está passando por uma crise – para a qual aparentemente não há solução rápida –, é preciso, segundo eles, explorar novas possibilidades para garantir a sobrevivência dessa atividade. E compreender as reviravoltas pelas quais a área está passando é essencial para que os jornalistas se posicionem e revejam quais são essas novas possibilidades (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013a, 2013b).

Uma das questões a responder nesse novo cenário é: que papel o jornalista pode desempenhar melhor do que ninguém? Um dos papéis destacados pelos pesquisadores de Columbia é o de dar sentido ao imenso volume de acontecimentos noticiados todos os dias. Com pessoas de todas as formações e níveis de ensino permanentemente conectadas, é provável que, cada vez mais, acontecimentos de relevância jornalística sejam descritos em primeira mão por cidadãos comuns, não necessariamente jornalistas profissionais, por meio das mídias sociais cada vez mais diversificadas e convergentes. No entanto, defendem, é o jornalista profissional que detém as competências necessárias para contextualizar esses acontecimentos.

O jornalista não foi substituído – foi deslocado para um ponto mais acima da cadeia editorial. Já não produz observações iniciais, mas exerce uma função cuja ênfase é verificar, interpretar e dar sentido à enxurrada de texto, áudio, fotos e vídeos produzida pelo público (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013b, p. 3).

Os autores observam que os não-jornalistas costumam ter a impressão equivocada de que o trabalho de reportagem é simplista ou metodologicamente ingênuo, quando, na verdade, é “uma empreitada intelectual nada banal – e, de quebra, um serviço público” (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013b, p. 4). Obter informações, elaborar perguntas, saber localizar documentos cruciais, decifrar rotinas ou idiosincrasias de organizações, cultivar fontes, observar em primeira mão, analisar documentos e discursos, acompanhar uma infinidade de fontes primárias digitais que se atualizam em tempo real, entre outros procedimentos, são práticas de apuração características do trabalho jornalístico profissional e esse papel pode ser desempenhado pelo jornalista melhor do que ninguém. “Pensar que o emissor e o receptor se encontram agora num mesmo patamar, e que o jornalismo perdeu a sua utilidade por causa disso, é uma atitude equivocada e ingênua”, afirma Meditsch (2012, p. 22).

Numa perspectiva um pouco distinta, Kovach e Rosenstiel (2001, p. 15) afirmam que as normas da profissão de jornalista são hoje “colocadas à prova, redefinidas e, por vezes, efetivamente, abandonadas” pela nova organização econômica do jornalismo, impulsionada pela tecnologia, numa época em que é comum que qualquer pessoa que tenha um computador conectado à internet reivindique a “realização de atos jornalísticos”. No entanto, os autores ponderam que a finalidade do jornalismo não é definida pela tecnologia ou pelas técnicas empregadas pelos jornalistas, e sim pela função que as notícias desempenham na vida das pessoas. Nesse novo contexto, o jornalista não é mais um *gatekeeper*, mas um mediador.

O novo jornalista já não decide o que o público deve saber. Ajuda-o, antes, a ordenar as informações. Isto não implica o simples acréscimo de uma interpretação ou análise no relato das notícias. A primeira tarefa do jornalista/explicador é verificar quais as informações que são fiáveis e ordená-las para que as pessoas possam apreendê-las de modo eficaz (KOVACH; ROSENSTIEL, 2001, p. 23).

Para estes autores, contexto e interpretação não devem ser a principal preocupação do jornalista ao produzir uma matéria, mas a precisão da informação objetiva; o contexto, segundo eles, vai sendo acrescentado na medida em que o assunto é retomado em matérias subsequentes, bem como em artigos, entrevistas e textos de outros gêneros discursivos que abordem o mesmo tema (KOVACH; ROSENSTIEL, 2001).

Da singularidade à particularidade: a proposta de Adelmo Genro Filho

A proposta teórica de Adelmo Genro Filho para o jornalismo informativo, que o toma como uma forma de conhecimento cristalizada no singular, em relação dialética com o particular e o universal, também permite que se estabeleçam relações entre a prática jornalística e uma noção mais abrangente de contexto no sentido que remete à interpretação do acontecimento noticiado – ação que se pode relacionar diretamente ao processo de construção do conhecimento.

Genro Filho (1989) propõe que se trate da singularidade dos fatos a partir de um ponto de vista teórico, considerando-a num sentido filosófico. O autor transpõe as categorias hegelianas ² singular, particular e universal, adotadas pelo filósofo húngaro György Lukács para elaborar uma teoria da arte, à sua teoria do jornalismo. Esses conceitos, afirma, expressam conexões lógicas fundamentais do pensamento e dão conta de produzir conhecimento a partir das relações que estabelecem entre si. Se o conhecimento científico aspira ao universal, e a arte, ao particular, o jornalismo tem sua força na singularidade:

Somente o aparecimento histórico do jornalismo implica uma modalidade de conhecimento social que, a partir de um movimento lógico oposto ao movimento que anima a ciência, constrói-se deliberada e conscientemente na direção do singular. Como ponto de cristalização que recolhe os movimentos, para si convergentes, da particularidade e da universalidade (GENRO FILHO, 1989, p. 160).

As categorias hegelianas singular, particular e universal, entendidas em suas relações entre si, fornecem as bases fundamentais para a formação da teoria do jornalismo de Genro Filho. Para entender a cristalização da informação jornalística no singular, o autor pondera ser indispensável relacionar esse conceito aos demais, que estão indissoluvelmente ligados a ele. Essas três categorias lógicas, que representam aspectos objetivos da realidade, atuam em relação dialética. Cada uma expressa diferentes dimensões do real e, ao mesmo tempo, compreende em si as demais.

No universal, então contidos e dissolvidos os diversos fenômenos singulares e os grupos de fenômenos particulares que o constituem. No singular, através da identidade do real, estão presentes o particular e o universal, dos quais ele é parte integrante e ativamente relacionada. O particular é um ponto intermediário entre os extremos, sendo também uma realidade dinâmica e efetiva (GENRO FILHO, 1989, p. 162).

As três dimensões da realidade coexistem nos fatos jornalísticos como em qualquer outro fenômeno. Para Genro Filho, o fenômeno noticioso está relacionado diretamente à reprodução de um evento pelo ângulo da singularidade. O conteú-

² De acordo com Pontes (2015), as categorias singularidade, particularidade e universalidade estão presentes em toda a história da filosofia, portanto, não se pode dizer que Hegel tenha sido o primeiro a fazer uso delas. Mas o filósofo alemão tem essas categorias como elementos importantes em sua lógica e sua fenomenologia, tendo sido o referencial para a concepção da teoria da estética de Lukács.

do da informação, por sua vez, está associado à particularidade e à universalidade. “Qualquer fenômeno singular não existe isoladamente, sem um conteúdo de particularidade e universalidade que precisa ser exposto, para que possa ser compreendido e ampliado seu significado aparente” (GENRO FILHO, 2004, p. 165). Se o critério de noticiabilidade de uma informação está relacionado com a reprodução do fato pelo ângulo singular, o conteúdo da informação estará associado à particularidade e à universalidade.

O singular, então, é a forma do jornalismo, a estrutura interna através da qual se cristaliza a significação trazida pelo particular e o universal que foram superados. O particular e o universal são negados em sua preponderância ou autonomia e mantidos como o horizonte de conteúdo (GENRO FILHO, 1989, p. 163, grifos do autor).

A matéria-prima do jornalismo, portanto, é o singular, e os critérios de abordagem do jornalismo informativo estão necessariamente ligados à reprodução de um evento pelo ângulo da singularidade. O conteúdo da informação, contudo, estará associado à particularidade e à universalidade que envolvem aquele evento. Genro Filho ilustra essa concepção com a ideia de recolocar de pé a pirâmide invertida, ícone que representa, nos manuais de jornalismo, a estrutura do *lead*, que organiza as informações de maneira decrescente de importância em um texto de notícia. Para o autor, há alguma legitimidade na ideia de informações organizadas dessa maneira. Sob um ponto de vista descritivo, o *lead* constitui-se no núcleo singular da informação e “encarna realmente o momento jornalístico mais importante” (GENRO FILHO, 1989, p. 181). Do ponto de vista epistemológico, no entanto, a pirâmide deve ser posicionada em pé, de modo que a notícia caminhe não do mais importante para o menos importante, mas do singular na direção do particular e do universal. O cume da pirâmide constituiria o núcleo singular da notícia, enquanto a base representaria o particular. O universal constitui-se na projeção ideológica e ontológica da notícia.

Nessa perspectiva, para o autor, o jornalismo inaugura uma nova possibilidade epistemológica. Corresponde à “cristalização de uma nova modalidade de percepção e conhecimento social da realidade através de sua reprodução pelo ângulo da singularidade” (GENRO FILHO, 1989, p. 207). Na medida em que os eventos singulares são reconstruídos em um contexto particular, que por sua vez remete ao universal, evidencia-se aí a possibilidade de que o jornalismo, entendido como forma de conhecimento do mundo, construa uma leitura crítica da realidade e ofereça essa leitura, com novas possibilidades de crítica, ao público que consome as notícias. Repositionada, a pirâmide tem em seu cume a categoria singular, sustentada na base pelo particular – a contextualização da notícia –, estando o universal projetado a partir dos pressupostos ontológicos e ideológicos que orientaram a produção da notícia. Essa relação dialética entre as três categorias, entre as partes e o todo, para a construção do conhecimento do jornalismo, remete à noção de pensamento complexo proposta por Edgar Morin, abordada a seguir.

Pensamento complexo: uma contribuição para o contexto jornalístico

À primeira vista, a palavra “complexidade” parece carregar uma pesada carga

semântica, já que geralmente são associadas a ela as ideias de confusão, dificuldade, incerteza ou desordem. No entanto, o sentido atribuído por Edgar Morin retoma a origem etimológica do termo grego *complexus*, que significa “o que está entretecido em conjunto”. No desenvolvimento de sua obra, o autor toma a complexidade como macroconceito, em oposição à prática de disjunção dos saberes que dominou o pensamento científico a partir do século 17 e que, segundo ele, conduz a uma “inteligência cega”. Para Morin, um pensamento que une e contextualiza é natural e espontâneo, pois a atividade mental normal das pessoas funciona por meio da integração das informações em um conjunto que lhes dá sentido.

Quando captamos uma informação na televisão ou nos jornais, para conhecê-la, para compreendê-la, temos que contextualizá-la, globalizá-la. Nós a compreendemos a partir do seu contexto, e se ela faz parte de um sistema, tentamos situá-la nesse sistema. Contextualizar e globalizar são os procedimentos absolutamente normais do espírito (MORIN, 2010a, p. 25).

Portanto, toda informação tem sentido somente em relação a uma situação contextualizada. O autor remete à linguística estrutural, que considera que o próprio sentido das palavras pode mudar de acordo com o contexto em que são empregadas, ou seja, que o sentido de um texto é sempre esclarecido pelo seu contexto: “Para conhecer, não podemos isolar uma palavra, uma informação; é necessário ligá-la a um contexto e mobilizar o nosso saber, a nossa cultura, para chegar a um conhecimento apropriado e oportuno da mesma” (MORIN, 2003, p. 13).

Morin afirma que a necessidade de um pensamento complexo se revela na medida em que se compreendem os limites, insuficiências, carências e lacunas do pensamento que opera sob os princípios de disjunção, redução e abstração. Esse paradigma teria seus alicerces no pensamento de René Descartes (1596-1650), que, na obra clássica “Discurso do método”, estabelece as diretrizes da ciência moderna: separação entre sujeito e objeto, filosofia e ciência; separação dos problemas em partes que podem ser resolvidas uma a uma; rompimento com a experiência imediata e o conhecimento vulgar (DESCARTES, 2008). Morin pondera que não há dúvidas de que o paradigma cartesiano tenha permitido os grandes progressos do conhecimento científico e da reflexão filosófica desde o século 17, mas esse mesmo paradigma teria trazido também consequências nocivas, que começaram a se tornar evidentes no transcurso do século 20. “As ameaças mais graves em que a Humanidade incorre estão ligadas ao progresso cego e descontrolado do conhecimento” (MORIN, 2008, p. 14).

O autor observa que a ideia de complexidade sempre foi marginal no pensamento científico, epistemológico e filosófico e aponta Gaston Bachelard (1884-1962) como uma exceção: para esse filósofo da ciência, a complexidade era um problema fundamental. Bachelard considera que não existem fenômenos simples, ou natureza simples, ou substância simples, ou ideia simples; há apenas a simplificação, ou seja, o ato metodológico de tornar as coisas simples de modo a estudá-las. O filósofo era crítico em relação ao procedimento cartesiano e apontava, já no início do século 20, a necessidade de se estabelecer

[...] novas relações epistemológicas entre ideias simples e ideias compostas. Na realidade, não há fenômenos simples; o fenômeno é uma trama de relações. [...] Uma ideia simples deve ser inserida, para ser compreendida, num sistema complexo de pensamentos e experiências (BACHELARD, 1978, p. 164).

A religação dos saberes é um elemento central para a complexidade, mas isso não significa que as especializações deixem de ter importância ou percam sua validade. Para Morin, o pensamento disciplinar é plenamente justificável, desde que se preserve um campo de visão que “reconheça e conceba a existência das ligações e solidariedades. E mais: [as disciplinas] só serão plenamente justificáveis se não ocultarem realidades globais” (MORIN, 2006, p. 113). Um exemplo é a noção de homem, que aparece fragmentada entre disciplinas das ciências biológicas e das ciências humanas. Essas disciplinas estudam separadamente aspectos relativos ao ser humano que dizem respeito à fisiologia, ao comportamento, à genética, à cultura, aos hábitos cotidianos etc. Mais recentemente, o uso do termo “homem” para referir-se genericamente à espécie humana também tem sido problematizado e diferentes disciplinas têm levantado discussão em torno de questões de gênero. “Esses múltiplos aspectos de uma realidade humana só podem adquirir sentido se, em vez de ignorarem essa realidade, forem religados a ela” (MORIN, 2006, p. 113). Ou seja, somente quando colocado em contexto com suas múltiplas especificidades o ser humano pode ser compreendido em sua complexidade.

Morin alerta, no entanto, para o fato de que não se pode confundir complexidade com completude, tampouco confundir a complexidade com uma receita. Ela deve ser encarada como um desafio e uma motivação para pensar; como uma palavra-problema e não como uma solução. É preciso ter claro que atingir um conhecimento completo é algo utópico. “Um dos axiomas da complexidade é a impossibilidade, mesmo em teoria, de uma omnisciência” (MORIN, 2008, p. 9). Nesse sentido, é preciso mobilizar a inteligência para trabalhar na perspectiva complexa, em um exercício cognitivo. “Quanto mais uma situação for percebida como complexa, maior deverá ser a inteligência que precisaremos para dominá-la, e reciprocamente. Os dois conceitos parecem indissociáveis” (LE MOIGNE, 2010, p. 48). Para que se trilhe o caminho da complexidade, Morin propõe o método, que “não é um conjunto de regras e procedimentos, mas uma estratégia apta a relacionar, dialogar disciplinas que foram separadas pela visão cartesiana” (CARVALHO, 2014, p. 430).

A partir de sua noção de pensamento complexo, Morin propõe então a ideia mais abrangente de um paradigma da complexidade, que abarcaria uma visão de mundo que determine as condições de uma abordagem complexa dos acontecimentos. Esse paradigma

[...] pode somente incitar a estratégia/inteligência do sujeito pesquisador a considerar a complexidade da questão estudada. Incita a distinguir e fazer comunicar em vez de isolar e de separar, a reconhecer os traços singulares, originais, históricos do fenômeno em vez de ligá-los simplesmente a determinações ou leis gerais, a conceber a unidade/multiplicidade de toda entidade em vez de a heterogeneizar em categorias separadas ou de a homogeneizar em indistinta totalidade. Incita a dar conta dos caracteres multidimensionais de toda a realidade estudada (MORIN, 2010b, p. 334).

Em sua obra, Morin dirige sua crítica mais enfática às ciências sociais, especialmente à sociologia, que, em seu período de consolidação enquanto área de conhecimento, espelhou-se nas chamadas ciências duras para desenvolver seu método científico e circunscrever seus espaços de atuação. No entanto, é possível perceber efeitos negativos da compartimentação dos saberes não só no meio científico, mas também nos mais diversos setores da vida social – nas divisões rígidas de especialidades médicas, na burocratização dos órgãos públicos, na universidade, na organização urbana das cidades, até mesmo nas prateleiras dos supermercados. Da

mesma forma, no jornalismo. Enquanto intérprete de um real imediato, observador do notável num mundo em perpétua mudança (CORNU, 1999), o jornalista tem de ser capaz de operar o raciocínio do pensamento complexo ao tratar dos acontecimentos transformados em texto jornalístico. Como observa Martín-Barbero (2004), é preciso que a comunicação – e, enfatizamos, o jornalismo – seja um lugar estratégico a partir do qual se pensa a sociedade. Para isso, o jornalista precisa assumir seu papel intelectual.

A mais de uma pessoa poderá escandalizar a proposta de que o comunicador se assuma como intelectual. [...] O que estamos propondo é que na medida em que o espaço da comunicação se torna cada dia mais estratégico, decisivo para o desenvolvimento ou o bloqueio de nossas sociedades [...], se faz mais nítida a demanda social de um comunicador capaz de enfrentar a envergadura do que seu trabalho põe em jogo e as contradições que atravessam sua prática. E isso é o que constitui a tarefa básica do intelectual: lutar contra o assédio do imediatismo e o fetiche da atualidade, pondo o contexto histórico a uma distância crítica que lhe permita compreender, e fazer compreender aos demais, o sentido e o valor das transformações que estamos vivendo (MARTÍN-BARBERO, 2004, pp. 213-214).

Considerações finais

Ensaíamos neste artigo uma elaboração conceitual para a noção de “contexto” aplicada ao campo do jornalismo, a partir de trabalhos de alguns autores da área que abordam, com maior ou menor ênfase, a importância desse elemento no texto jornalístico. Embora “contexto” possa ter um sentido relacionado às condições de produção do trabalho jornalístico, encontramos mais relevância, para os propósitos deste artigo, naqueles sentidos que dizem respeito à incorporação de uma atitude de complexidade, no sentido moriniano, por parte do jornalista no momento de construção da notícia. Nessa perspectiva, nossa proposta conceitual, ainda a ser aprofundada epistemologicamente, aponta que, no jornalismo, contextualizar é: 1) fornecer um *background* o mais detalhado possível dos acontecimentos já noticiados a respeito do mesmo tema gerador da notícia, dentro dos limites de espaço ou tecnologias disponíveis; 2) oferecer ao leitor/espectador o máximo possível de informações relevantes relacionadas aos antecedentes históricos e sociais do acontecimento transformado em notícia, que o ajude a compreender esse acontecimento, relacionando-o com seus aspectos particulares, em movimento dialético com o singular e o universal, como propõe Genro Filho. Pensar com complexidade não significa encontrar todas as respostas, mas saber fazer novas perguntas, e essa atitude parece essencial para o jornalismo, que integra um ambiente midiático mutante, cada vez mais amplo e diversificado.

Entendemos ter aqui uma abordagem bastante preliminar e que ainda há um caminho a percorrer visando agregar maior consistência teórica ao tema proposto. Além de sofisticar a questão epistemológica em torno do contexto, parece-nos promissora a possibilidade de, em estudos futuros, fazer dialogar essa noção com outros conceitos fulcrais da área, tais como mediação, acontecimento, verificação, enquadramento, contradição, sentido, senso comum, processamento da informação e apuração – além da própria noção de jornalismo, entendida como um macroconceito que comporta todos esses elementos.

Referências

ALSINA, Miquel R. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ANDERSON, C.W.; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. **Observatório da Imprensa**, n. 743, 25 abr. 2013a. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/adaptacao-aos-novos-tempos/>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

ANDERSON, C.W.; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. Jornalismo pós-industrial: os jornalistas. **Observatório da Imprensa**, n. 744, 30 abr. 2013b. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/_ed744_os_jornalistas/>. Acesso em: 26 ago. 2016.

BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores)

CARVALHO, Edgard de Assis. Teoria da complexidade. In: CITELLI, Adilson et al. (Org.). **Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores**. São Paulo: Contexto, 2014.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade: para uma ética da informação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

FRANKLIN, Bob et al. **Key concepts in journalism studies**. London: Thousand Oaks: New Delhi: Sage Publications, 2005.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. 2. ed. Porto Alegre: Ortiz, 1989.

GENRO FILHO, Adelmo. Questões sobre jornalismo e ideologia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 1, n. 1, 1º semestre de 2004, p. 164-167.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAUQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os profissionais devem saber e o público deve exigir**. Porto: Editora Porto, 2001.

LE MOIGNE, Jean-Louis. Inteligência da complexidade. In: PENA-VEGA, Alfredo; ALMEIDA, Elimar Pinheiro. **O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura**. São Paulo: Loyola, 2004.

MEDITSCH, Eduardo. **Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir: a função social da universidade e os obstáculos para sua realização**. Florianópolis: Insular, 2012.

MORIN, Edgar. O pensamento complexo, um pensamento que pensa. In: MORIN,

Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

_____. Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado. **Para navegar no século XXI**. 3.ed. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2003.

_____. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

_____. Por uma reforma no pensamento. In: PENA-VEGA, Alfredo; ALMEIDA, Elimar Pinheiro. **O pensar complexo**: Edgar Morin e a crise da modernidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2010a.

_____. **Ciência com consciência**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010b.

_____. **Meus filósofos**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Org.). **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PONTES, Felipe Simão. **Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2015.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2002.